

**ZONA DE FRONTEIRA E IDENTIDADE NACIONAL: UMA ANÁLISE  
A PARTIR DAS CIDADES GÊMEAS BRASILEIRO-ARGENTINAS  
DIONÍSIO CERQUEIRA/BARRACÃO/BERNARDO DE IRIGOYEN E  
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE/SAN ANTONIO**

Maristela Ferrari  
UNIOESTE  
maristelafff@hotmail.com

### **Introdução**

Os limites políticos territoriais são historicamente instituídos para definir a soberania de uma entidade política, cercam simbolicamente o território de competência de um Estado nacional, distinguem o interno do internacional, provocam a descontinuidade entre normas e códigos nacionais, criam identidades diferenciadas. É certo que nenhuma sociedade, seja econômica, política ou social, poderia organizar-se sem limites territoriais, pois as leis que organizam e regem um território nacional necessitam de limites. Traçados sobre o terreno, os limites políticos territoriais assumem carga simbólica pelos símbolos nacionais lá dispostos (marcos de fronteira, bandeiras e outros) e criam funções diversas (fiscais, de controle etc.), são elementos que participam do fechamento e da organização dos territórios nacionais. (GUICHONNET e RAFFESTIN, 1974). O território nacional se torna então lugar de representação política soberana, do exercício incontestável do poder e de coesão identitária, onde as pessoas se identificam e se reconhecem pela caracterização entre *nós* e os *outros*. É dentro desse território que a identidade nacional vai sendo construída em oposição aos *outros* ou aquilo que lhe é externo aos seus limites políticos territoriais. Mas, é ao lado desses limites políticos territoriais, com senso eminentemente de divisão política e identitária, que emergem as zonas fronteiriças, espaços que costeiam o limite onde coabitam interesses das populações tornadas limítrofes. (VELASCO-GRACIET, 1998).

Contudo, se o limite político territorial provoca a descontinuidade, separando entidades políticas e populações, gerando discursos identitários e fazendo surgir duas paisagens culturais diferenciadas, a zona de fronteira reúne, é ponto de contato que canaliza relações, é um espaço onde sua coerência é assegurada pelas ligações entre os atores dos dois lados do limite internacional. Portanto, ao invés da ideia clássica de divisão entre dois grupos

que se constrói na relação da identidade/alteridade, a zona de fronteira pode ser pensada como espaço que remete à ideia de ligação entre dois territórios nacionais. Um lugar que não reflete apenas a divisão e a identidade/alteridade, pois, se as pessoas têm identidades múltiplas, pode-se dizer o mesmo dos lugares. (MASSEY, 2000). Esses lugares estariam impregnados de cores que podem revelar-se nas mais diversas formas de ligações ou contatos entre duas identidades oficialmente instituídas, entre as quais se produzem trocas culturais materiais e imateriais. (CLAVAL, 2007).

Ao abandonar o conceito clássico de território para refletir sobre identidade nacional em zona fronteiriça, Marc Augé (1992, p. 33) alerta que é preciso “duvidar das identidades absolutas, tanto no plano coletivo quanto no plano individual”. Para este autor, “os indivíduos, por mais simples que possamos imaginá-los, não são jamais capazes de se situar em relação à ordem total que assina seu lugar; eles não exprimem a totalidade senão sob certo ângulo”. O propósito deste artigo é analisar como se constrói a identidade nacional num segmento da fronteira brasileiro-argentina e quais as práticas fronteiriças frente a essas identidades nacionais. Que papel o limite internacional joga sobre os habitantes fronteiriços? As interações transfronteiriças culturais materiais e imateriais são elementos que fortalecem a identidade/alteridade? O trabalho foi dividido em duas partes: a primeira analisa os processos de construção da identidade nacional pelos Estados nacionais num segmento da fronteira Brasil-Argentina; a segunda analisa como os fronteiriços percebem a identidade nacional e como dela se apropriam. Para analisar essas questões geográficas e culturais, recorreremos à geografia histórica do lugar e aos discursos dos sujeitos fronteiriços, isto é dos habitantes da zona de fronteira, notadamente daqueles das cidades gêmeas brasileiro-argentinhas Dionísio Cerqueira (SC)/Barracão (PR)/*Bernardo de Irigoyen (MNES)* e Santo Antonio do Sudoeste (PR)/*San Antonio (MNES)* situadas no conjunto do extremo-oeste de Santa Catarina, extremo sudoeste do Paraná e nordeste da Província de *Misiones* (Argentina). Finalizamos o trabalho mostrando que as zonas fronteiriças não são apenas espaços portadores dos limites internacionais ou espaços de separação de duas identidades nacionais e que para compreendê-las é preciso ir além da visão dos sujeitos com identidades nacionais diferenciadas, neste caso, de simples brasileiros e argentinos: é preciso ir ao encontro dos sujeitos fronteiriços com múltiplas identidades. A análise revela também que os fronteiriços se apropriam das identidades nacionais e com elas jogam de acordo com seus interesses, ora em benefício próprio, ora em colaboração com os centros políticos de poder.

### **Processos de construção da identidade nacional na zona fronteiriça brasileiro-argentina**

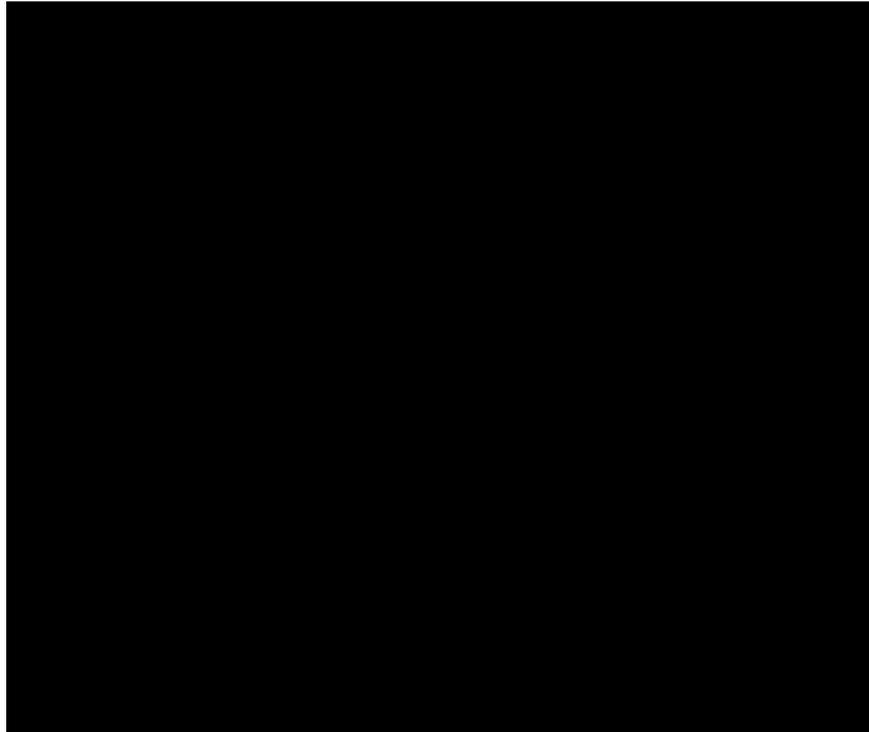
A zona fronteira brasileira-argentina no conjunto do extremo-oeste de Santa Catarina, extremo sudoeste do Paraná e nordeste de *Misiones* emerge oficialmente da instituição do limite político territorial entre o Brasil e a Argentina. Antes disso, tal espaço não poderia ser caracterizado como tal, pois era território de grupos indígenas, área que fazia parte do imaginado projeto para a criação da República Guaranítica (XVII e XVIII). Pode-se dizer que a linearidade desse segmento de fronteira é relativamente recente – data de 1895 – e, como todos os limites políticos territoriais, esse também só tem materialidade corpórea na cartografia. No terreno ele se distingue pelo curso dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, entre os quais se encontra a linha seca que se estende por aproximadamente 22 quilômetros de terras compreendidas exatamente entre as cidades gêmeas de Dionísio Cerqueira/Barracão/*Bernardo de Irigoyen* até as proximidades das cidades gêmeas de Santo Antônio do Sudoeste/*San Antonio*, (ver Figuras 1 e 2). Se estabelecermos um paralelo de referência entre os demais segmentos da fronteira Brasil-Argentina desde o oeste do Paraná até o sul do Rio Grande do Sul, constatar-se-á que essa zona fronteira se diferencia totalmente das demais. Seu diferencial não está apenas na singularidade do limite internacional que permite fácil acesso entre os territórios vizinhos, mas também porque nela se encontra a única passagem seca entre Brasil e Argentina, onde o território brasileiro em continuidade com o argentino não apresenta ali rupturas físicas naturais. Outra característica que distingue essa zona fronteira são as cidades gêmeas conurbadas, inexistentes nos demais segmentos ao longo da zona de fronteira Brasil-Argentina.

**Figura 1. Mapa de localização das cidades gêmeas na zona de fronteira brasileiro-argentina**



Fonte: organizado pela autora a partir da pesquisa de campo, 2008 a 2011.

Figura 2. Limite internacional e cidades gêmeas na zona de fronteira brasileiro-argentina



Fonte: organizado pela autora a partir da pesquisa de campo, 2008 a 2011.

Embora a linha seca já figurasse em mapas desde 1895, data da definição do limite internacional entre Brasil e Argentina, no terreno ela seria demarcada somente em 1903, com traçado representado por marcos de fronteira. Mas, antes mesmo de 1903, data da demarcação da linha fronteira no terreno, já se notava a presença de insignificantes aglomerados populacionais lá constituídos, em sua maioria, por descendentes de indígenas guaranis paraguaios e caboclos brasileiros que trabalhavam na extração da erva mate. São exemplos de tais aglomerados: *Barracón/Barracão* (hoje Dionísio Cerqueira/Barracão/*Bernardo de Irigoyen*) e *San Antonio/Santo Antônio*. Por exemplo: em 1903, Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e *Bernardo de Irigoyen* (MNES), formavam um só aglomerado populacional chamado de Barracão/*Barracón* tanto por brasileiros quanto por argentinos, nome que se originou da construção de barracões para depósito de erva-mate. Prova disso é que em 1903, quando lá chegaram as Comissões demarcatórias de limites, formadas por brasileiros e argentinos, ao darem início à medição do terreno para demarcar a linha seca internacional, eles perceberam que o pequeno cemitério ali construído envolvia terras dos dois países, ou seja, parte dele estava em território brasileiro e parte dele em território argentino. Para evitar atritos com os locais, especialmente com as famílias dos mortos lá enterrados, a Comissão de Limites argentina cede extra-oficialmente cerca de 200m<sup>2</sup> de terras em favor do Brasil. Mais tarde, tal campo-santo passou a chamar-se de cemitério internacional. (FERRARI, 2010). Esse é um exemplo que nos leva a refletir sobre como os fronteiriços percebiam a identidade

nacional no local, pois ao invés de nominarem tal campo-santo de cemitério brasileiro eles escolheram chamá-lo cemitério internacional.

Aquela integração físico-social de *Barracón/Barracão* chama a atenção da Comissão de Limites brasileira e, ao término da demarcação da linha seca e da implantação de marcos de fronteira, em 1903, o General Dionísio Cerqueira eleva o povoado brasileiro à categoria de vila, como forma de reforçar a identidade e a soberania do Brasil naquela zona fronteiriça. A vila passou a chamar-se Dionísio Cerqueira em homenagem aos serviços por ele prestados. Em 1917, ao término do litígio territorial entre Paraná e Santa Catarina, a vila receberia novo limite político territorial, dando origem a outro aglomerado que em terras catarinenses passou a se chamar de Barracão, nome que permaneceu até 1938, quando passou a se denominar Dionísio Cerqueira, ficando o lado paranaense com o antigo nome de Barracão. O lado argentino permaneceu com o nome de *Barracón* até 1931, data em que passou a se chamar de *Bernardo de Irigoyen* (MNES), em homenagem ao advogado da Argentina que atuou na questão de limites entre Brasil e Argentina. Assim, de um único aglomerado, a divisão político territorial entre países e Estados deu origem a três pequenos aglomerados que mais tarde evoluíram para cidades gêmeas Dionísio Cerqueira/Barracão/*Bernardo de Irigoyen*. Nelas, o grau de integração físico-social é hoje expresso pela própria malha urbana que se entrelaça sobre o limite internacional, formando verdadeira conurbação. (FERRARI, 2010).

*San Antonio/Santo Antônio* também formavam um só aglomerado, mas ao contrário de *Barracón/Barracão*, não receberia tanta atenção política da comissão de limites brasileiro-argentina, pois já havia ali um elemento considerado fator divisório: o rio Santo Antônio, um “*fiapo*” de água corrente que passou a representar a linha internacional, por isso não houve preocupação na troca de nome daqueles aglomerados, apenas o lado brasileiro na década de 1950 acrescentaria o nome da região paranaense, ficando Santo Antônio do Sudoeste. Entretanto, diferentemente do olhar da comissão política de limites, os habitantes daquele aglomerado não viam o pequeno rio como fator de separação e nem de impedimento de quaisquer relações. Independente de suas nacionalidades, eles tinham a liberdade de transitar e de instalar suas residências onde melhor lhes conviesse. Aliás, logo após a passagem da comissão de limites brasileiro-argentina, os habitantes de *San Antonio/Santo Antônio do Sudoeste*, sem prévia autorização do Brasil nem da Argentina, construíram uma ponte de madeira sobre o rio Santo Antônio. Essa teria sido a primeira ligação física por pontes sobre rios entre o Brasil e a Argentina. Portanto, assim como Dionísio Cerqueira/Barracão/*Bernardo de Irigoyen*, é difícil separar a evolução socioterritorial de *San*

*Antonio/Santo Antônio do Sudoeste*, e mesmo havendo ali um fio de água corrente representando o limite internacional, as malhas urbanas se entrelaçam hoje sobre o limite, comprovando antigo ajuntamento físico-social. (FERRARI, 2010).

Assim, a partir de 1903, o limite político territorial, entre Brasil e Argentina, dividiu os pequenos aglomerados lá constituídos. Além da troca de nomes dos pequenos aglomerados *Barracón/Barracão* para criar um sentimento de pertencimento socioespacial, as próprias relações entre os moradores seriam modificadas. Diante do limite internacional institucionalizado, as relações que antes se davam entre vizinhos passariam a ser com vizinhos que se tornaram estrangeiros. Dessa forma, o limite internacional passou a diferenciar o território brasileiro do argentino criando uma descontinuidade entre normas e códigos nacionais e dando origem a espaços com identidades nacionais diferenciadas. Após a demarcação do limite internacional, a Argentina vai instalar imediatamente símbolos e equipamentos nacionais, como bandeiras, escolas, cartórios de registros, dentre outros, para nacionalizar aquele segmento fronteiro argentino.

A ideologia política do Estado argentino foi a de fortalecer a identidade nacional dos fronteiriços que, em sua maioria, eram indígenas descendentes de guaranis e caboclos brasileiros. Naquele período, a Argentina acreditava seguramente que a identidade nacional passava pela educação. Para pôr em prática tal objetivo o Estado nacional argentino instituiu escolas públicas nacionais, equipamentos de auxílio político-ideológico, pois é através das escolas que os Estados repassam suas ideologias. Além disso, é através das escolas que ocorre o ensino oficial da língua de um país e, na visão dos Estados nacionais, esse ensino não é apenas um meio de comunicação, mas igualmente uma forma expressiva na formação de uma identidade nacional. Por isso, em 1909 foi instituída a primeira escola nacional em *Barracón* (hoje *Bernardo de Irigoyen*). Já em 1931, outra escola foi instalada em *San Antonio*. Além das escolas foram implantados cartórios de registro civil.

Já no segmento fronteiro brasileiro, a questão da identidade nacional e pertencimento socioespacial seria preocupação do Estado nacional somente 26 anos mais tarde. Além do nome da vila *Dionísio Cerqueira*, os únicos indicativos da soberania brasileira eram os marcos fronteiriços, porém, diante de uma situação de isolamento físico-geográfico e da marginalização política econômico-social, aqueles marcos não teriam nenhum significado para os fronteiriços e logo ficaram encobertos pela vegetação. Não havia ali símbolos nacionais, escolas públicas e nem mesmo cartórios de registro civil que denotasse ser aquela região uma área de soberania brasileira. Após a passagem da comissão de limites, os brasileiros lá residentes passaram a viver como segregados do Brasil, totalmente à margem do

Estado nacional, principalmente em questões de políticas públicas, como educação e saúde. Aliás, até meados da década de 1950, no senso comum, a identidade brasileira tinha uma conotação pejorativa, sendo atribuída quase que exclusivamente aos caboclos. Os descendentes de imigrantes alemães, italianos, libaneses, dentre outros, lá residentes, mesmo nascidos em território brasileiro, não se identificavam como brasileiros, ao contrário, se identificavam muito mais com a identidade do país de migração de seus antepassados.

Como não havia cartórios de registro civil, as crianças nascidas em território brasileiro eram registradas na Argentina, e os meninos, quando completavam maioridade, mesmo morando em território brasileiro, eram convocados a servir o exército argentino. Além disso, como não havia escolas, todas as crianças brasileiras estudavam nas escolas do lado argentino. E, certamente, na visão do Estado nacional isso era uma desnacionalização, já que as crianças brasileiras aprendiam símbolos e datas importantes do país vizinho e desconheciam os símbolos de seu próprio país, além de, é claro, aprenderem a ler e a escrever a língua do vizinho. Assim, as escolas argentinas, ao invés de fortalecerem a identidade nacional e criarem a alteridade, se tornaram espaços de interações culturais imateriais, já que todas as crianças brasileiras daquele segmento fronteiriço estudavam na Argentina. Anos mais tarde, tais interações seriam vistas pelo Estado nacional brasileiro como ilegais e a zona fronteiriça passou a ser caracterizada como espaço totalmente desnacionalizado do Brasil, onde havia incerteza identitária.

Somente a partir de 1929 o Estado nacional brasileiro começa a implantar escolas públicas e cartório de registro civil, dentre outros equipamentos, com o objetivo de criar um sentimento de pertencimento socioespacial e de identidade nacional. Mas, ao contrário do que se possa imaginar, nem a instituição do limite internacional e nem as ideologias políticas dos dois Estados nacionais foram fatores de fortalecimento identitário e separação daqueles aglomerados geminados. Os fronteiriços continuaram com seu sistema de relações, indiferentes ao limite territorial. Naquele segmento fronteiriço, a representação do limite internacional não tinha o mesmo significado político e ideológico dos Estados nacionais. A zona fronteiriça foi sendo transformada num lugar de reencontros, de trocas e transações de toda ordem, o que nos leva a pensar que, nesses lugares, as práticas e as representações quotidianas, podem opor-se a todo um ideário político nacional sobre os conceitos de limite, território e pertencimento socioespacial.

A emergência da identidade nacional é obra política dos Estados nacionais centralizados, mas a zona fronteiriça não reflete apenas duas identidades nacionais, pois, como já indicamos anteriormente, se as pessoas têm identidades múltiplas, o mesmo pode-se

dizer dos lugares. O segmento fronteiriço aqui analisado evidencia que não existe apenas o brasileiro e o argentino, existem outros grupos que podem carregar múltiplas identidades, pois lá vivem descendentes de indígenas guaranis e kaingangues, caboclos, gaúchos, italianos, alemães, poloneses, russos, árabes, libaneses, suíços e outros, que interagem tanto pelas trocas materiais quanto pelas imateriais, podendo promover uma mescla, não significando a formação de uma única identidade e nem criando a alteridade entre identidades nacionais.

### **Práticas fronteiriças frente às identidades nacionais**

Apesar da divisão político territorial e das tentativas dos Estados nacionais de fortalecer as identidades nacionais, os fronteiriços fariam daqueles espaços verdadeiros espaços de integração. Seria o mesmo que pensar no processo de corte e costura: enquanto os Estados nacionais cortam os territórios com limites diferenciando o interno do internacional, os fronteiriços, com o fio das trocas materiais e imateriais, vão promovendo a costura dos territórios. No entanto, essa costura não se faz de forma imediata, ela se faz ao longo da história dos fronteiriços, uma história construída não apenas pelas alianças econômico-comerciais, mas com elos de solidariedade, afetividade, trocas sociais e culturais que são elos mais longos e duradouros, porque fazem parte de uma trajetória de vida vivida na fronteira. Assim, em oposição às ideologias políticas nacionais, os fronteiriços foram construindo um conjunto socioterritorial unindo os dois lados do limite por interações não materiais, mas também imateriais como as sociais e culturais que, de certa forma, contribuíram para a integração físico-social de pequenos aglomerados populacionais localizados na confluência do limite internacional e que mais tarde evoluíram para cidades gêmeas *Dionísio Cerqueira/Barracão/Bernardo de Irigoyen* e *San Antonio/Santo Antônio do Sudoeste*.

O que chama atenção na história daquelas cidades gêmeas é que, embora as ideologias políticas entre Brasil e Argentina tentassem separá-los e fortalecer identidades nacionais, os fronteiriços foram formando uma rede de parentesco transfronteiriça tão estreita que até por volta de 1940 era praticamente impossível separar brasileiros de argentinos. Os contatos cotidianos entre os dois lados do limite resultavam frequentemente em casamento, o que foi promovendo a mescla que, aos olhos do poder, localizado no centro das escalas nacionais, seria verdadeira zona de incerteza identitária. Obviamente que as interações que lá iam sendo tecidas entre os fronteiriços contrariavam as políticas e ideologias do poder central das escalas nacionais e também todo um discurso sobre identidade nacional e pertencimento socioespacial.

A partir de 1929, com a implantação de equipamentos nacionais no lado brasileiro, dentre eles, escolas e cartórios de registro civil, poderíamos pensar que todas as crianças nascidas no lado brasileiro fossem registradas em território brasileiro. No entanto, a pesquisa de campo revelou que os registros de nascimento de crianças brasileiras na Argentina não se resumiam meramente à ausência daquele equipamento em Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste: havia também interesses particulares dos próprios fronteiriços, que visavam a propriedades binacionais e também à instalação de estabelecimentos comerciais em ambos os lados do limite. Por essa razão, havia famílias brasileiras que optavam por registrar alguns filhos na Argentina e outros no Brasil; o contrário também é verdadeiro, pois quando surgiram cartórios de registro civil em lado brasileiro, muitas famílias argentinas também registravam alguns filhos em lado brasileiro. Como pensar a identidade nacional frente a essas práticas?

A título de exemplo, podemos citar aqui o peronista Aloísio, 88 anos de idade, hoje residente em Barracão. Filho de brasileiros, como sua irmã mais velha, Aloísio também nasceu em Bernardo de Irigoyen em 1922, onde foi registrado. Segundo ele, isso aconteceu por que seu pai, em 1917 migrou de Clevelândia para Bernardo de Irigoyen, onde foi trabalhar como guarda-livros da empresa de erva-mate CREGI Sociedade Ltda, que explorava os ervais desde Palmas até Barracão. Em 1924, após encerrar o trabalho naquela empresa argentina, seu pai retornou ao Brasil e foi morar no aglomerado de Barracão, onde Aloísio passaria sua infância e adolescência. Como ainda não tinha escola no lado brasileiro, Aloísio, a exemplo das demais crianças brasileiras, foi alfabetizado em *Bernardo de Irigoyen*.

Já aos 18 anos, mesmo residindo em território brasileiro, Aloísio foi convocado a servir o Exército Argentino. No exército, em Buenos Aires, permaneceu por dois anos e foi lá que se tornou peronista convicto. Após ter deixado o exército continuou por mais dois anos na Argentina, onde trabalhou no comércio. Posteriormente seu pai adoeceu e ele retornou ao Brasil, passando a residir em Barracão, onde iria trabalhar em diversas atividades do setor terciário. Trabalhou inclusive no setor de obras da prefeitura de Barracão, como uma espécie de contador e chefe encarregado do pagamento de 360 funcionários da ARBRA, uma grande madeireira de capital misto brasileiro-argentino na linha Tateto (hoje Flor da Serra). Foi lá que, já em 1946, com um grupo de médicos fugitivos da Alemanha, aprendeu o ofício de “arrumador de ossos” e onde posteriormente seria o “ortopedista” dos fronteiriços de ambos os lados do limite internacional.

O curioso nesse relato é que esse fronteiriço dividiu sua vida entre os dois lados do limite internacional, inclusive a vida ativa de trabalho, pois trabalhou também em *Bernardo*

de Irigoyen, onde foi uma espécie de “veterinário” dos criadores de animais e foi inclusive candidato a vereador naquela cidade. Sem detalhar aqui toda sua vida, que é rica em exemplos, ao final de nossa entrevista, questionamos: - O senhor se define como brasileiro ou argentino? Em meio a risos ele responde: - *Eu sou um homem internacional!* O exemplo desse fronteiriço não é único, ele resume muitos outros exemplos e nos mostra que os sujeitos fronteiriços são formados com múltiplos valores identitários, o que fica particularmente evidente na resposta de nosso entrevistado quando ele se define como um “*homem internacional*”, pois ele não opta nem pela identidade argentina, nem pela identidade brasileira: ele opta pelas duas. Por outro lado, sua resposta pode também ser interpretada como uma forma de barganhar certos direitos em ambos os lados do limite, o que aos olhos do poder central nas escalas nacionais pode ser visto como um ato ilegal. Podemos pensar que, independente dos valores identitários que os fronteiriços internalizam ou carregam, eles muitas vezes forjam sim sua identidade para de fato barganhar certos direitos em ambos os lados do limite internacional, notadamente direito aos serviços públicos, como os médico-hospitalares, dentre outros. Interações que na visão dos fronteiriços não são transgressivas dos territórios nacionais.

A partir de 1950, o limite político territorial, naquele segmento fronteiriço brasileiro-argentino, passou a ser investido de maior controle político e fiscal. Desde então, a fiscalização se tornaria mais rigorosa sobre a circulação de pessoas e de mercadorias, mas isso não significou o rompimento de interações transfronteiriças materiais e imateriais. No entanto, as interações econômico-comerciais que antes não eram consideradas ilegais, passariam a ter conotação de contrabando descaminho, pois se realizavam fora do caminho da fiscalização, uma forma de driblar a fiscalização. Assim, quando alguém era preso fazendo o contrabando descaminho, os fronteiriços, para libertar o preso, logo apelavam aos recursos históricos e culturais daquela zona fronteiriça argumentando um senso identitário comum. A esse respeito é interessante observarmos o depoimento de um ex-prefeito de Santo Antônio do Sudoeste, que revela, em parte, como isso funciona.

Aqui as cidades são gêmeas né, tem esse riozinho Santo Antônio, mas nunca dividiu nada! Aqui, no passado, a vida era tudo em comum, tudo em comum! Então, uma vez fui chamado pela Gendarmeria de *San Antonio* para uma reunião lá, houve um problema né, prenderam lá um brasileiro, era um rapaz novo, mas prenderam sem motivo nenhum, né, daí mandaram me chamar e eu fui lá, na época eu era prefeito. Aí, cheguei lá e perguntei: o que aconteceu? Eles: - *ele foi preso porque tava levando contrabando!* Falaram, falaram e eu só ouvindo, né. Aí depois eu falei: - escuta, porque vocês prenderam esse rapaz? Só porque ele tava levando cinco quilos de farinha e dez pedaços de sabão a mais? Isso não é motivo para prender o rapaz! Nós aqui somos um corpo só, não temos divisão! Sabem o que significa o rio Santo Antônio pra nós? É uma artéria que liga os dois países, nós somos um corpo só! Aí um gendarme olhou pro outro e disseram: - *Dom Pedro,*

*Dom Pedro, ele está livre, está livre, que se vá, que se vá!* Foi assim que eu os fiz perceberem que estavam cometendo uma injustiça e o rapaz foi liberado sem maiores problemas!<sup>1</sup>

O depoimento acima é uma pequena amostra de como os fronteiriços se posicionam frente às normas territoriais nacionais: a favor ou contra elas, pois ao fazer contrabando, o ator em cena descumpria uma norma territorial do país vizinho, cometia uma transgressão territorial. Por outro lado, o depoimento revela também que, em oposição às normas territoriais de cada Estado nacional, os fronteiriços, ainda que estejam submetidos a uma identidade nacional, se reconhecem como pertencentes a uma única territorialidade construída pelas interações transfronteiriças, notadamente por aquelas imateriais, como, os laços familiares e de parentescos, os laços de amizade e compadrio, dentre outros que os unem sobre o limite internacional através de uma história construída no local, não por brasileiros e argentinos, mas pelos sujeitos fronteiriços. Assim, ao refletirmos sobre identidades nacionais num segmento fronteiriço brasileiro-argentino, poderíamos pensar imediatamente na existência de conflitos identitários e no fortalecimento da alteridade entre nós e os outros. Mas, quando nos aproximamos mais da zona fronteiriça e dos sujeitos fronteiriços, percebemos que os fronteiriços não carregam apenas uma identidade nacional, eles são portadores de múltiplas identidades. As alianças matrimoniais geram a mescla e promovem quase uma continuação identitária. Aliás, os sujeitos fronteiriços resultados dessa mescla ou não, em muitos aspectos se definem como sujeitos internacionais, não negam suas identidades nacionais, mas jogam com elas para justificar práticas informais comuns condenadas como transgressivas dos territórios nacionais.

### **Considerações finais**

A zona fronteiriça não é somente espaço portador do limite internacional e de duas identidades nacionais, ela é, também, um meio geográfico particular: um espaço que canaliza relações é ponto de contato e de trocas materiais e imateriais. Na geografia cotidiana da zona fronteiriça, notadamente das cidades gêmeas, ocorrem práticas sociais e culturais rotineiras entre amigos, parentes e familiares. As formas de ligações sociais que surgem nesse meio particular são inúmeras, desde aquelas geradas pelas práticas econômico-comerciais até aquelas geradas pela ausência de serviços públicos ou privados, como a saúde, por exemplo, quanto aquelas geradas por valores imateriais, como solidariedade, afetividade, sentimentos, e geram constantes mobilidades entre um lado e outro do limite. Assim, podemos pensar que,

---

<sup>1</sup>Entrevista realizada com um ex-prefeito de Santo Antônio do Sudoeste, março de 2008.

uma identidade nacional não se constrói e nem se fortalece numa relação de amizade, pois ela depende fundamentalmente de uma relação de alteridade entre “nós” e “os outros”. Melhor dizendo, ela depende de inimigos e não de amigos. Obviamente que a alteridade entre “nós e os outros” é claramente verificada, nos centro de poder de cada Estado nacional.

As cidades gêmeas têm suas formas particulares de organização, onde combinam duas lógicas espaciais: a local e a nacional, onde o sujeito fronteiriço, seja individual ou coletivo, trabalha com o legal e o ilegal. É o lugar onde a geograficidade do fronteiriço floresce. Nessa perspectiva, podemos ponderar que, as zonas fronteiriças, notadamente aquelas formadas por cidades gêmeas, são lugares que não são formados apenas pela racionalidade política territorial dos Estados nacionais, elas são também espaços carregados de sentido para aqueles que a habitam ou que a freqüentam.

### Referências bibliográficas

AUGÉ, Marc. *Non-Lieux: introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. 3ª ed. Florianópolis, EDUFSC, 2007.

FERRARI, Maristela. 2013. Territorialidades transfronteiriças na zona da fronteira seca internacional Brasil-Argentina. In: DIAS, Leila C. e FERRARI, Maristela. (Org.). *Territorialidades humanas e redes*. 2ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

FERRARI, Maristela. 2011. *Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina*. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2011.

FERRARI, Maristela. *Conflitos e Povoamento na Fronteira Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones)*. Florianópolis: EdUFSC, 2010.

GUICHONNET, Paul. e RAFFESTIN, Claude. *Géographie des Frontières*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

MASSEY, Doreen. *Um sentido global de lugar*. In: ARANTES, Antônio Augusto. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000

VELASCO-GRACIET, Hélène. *La Frontière, Le territoire et Le Lieu: norme et transgression dans lês Pyrénées Occidentales*. Thèse de Doctorat en Géographie. Université de Pau et Des Pays de L'Adour. Pau: UFR de Letres, 1998.